**Uma agenda política para os valores**

Há largos meses que venho dizendo que a actual aliança de esquerda que nos governa deixará uma marca indelével na sociedade portuguesa, mas não tanto no plano económico-financeiro, como a maioria receia, mas antes no plano dos valores, com consequências bem mais profundas e irreversíveis.

No plano económico-financeiro os tradicionais idealismos demagogos da esquerda encontrarão sempre pressões suficientemente fortes de entidades externas, credoras, que tenderão a corrigir os mais acentuados desvios às trajectórias comumente estabelecidas. Se alguma dúvida houver, lembrem-se do tão badalado Syriza, ou esquerda radical – o ídolo do Bloco de Esquerda – que, governando a Grécia com uma tranquila maioria, vem hoje implementando políticas cada vez mais próximas das que a coligação PSD/CDS-PP desenvolveram durante quatro anos as quais, à custa de muitos sacrifícios, permitiram que o programa de assistência externa português não ultrapassasse nem o tempo, nem os fundos previstos.

No plano dos valores, pelo contrário, esta aliança de esquerda só depende de si própria, cavalgando sempre em frente, sem reconhecer limites e derrubando quaisquer obstáculos. Não interessa se o que hoje propõem foi sufragado nas urnas, não interessa se as normas que suprimem protegem os mais vulneráveis da nossa sociedade. Urge apenas tudo permitir, com base na autonomia dos mais fortes e mesmo que tal implique flagrantes contradições que, só por si, invalidariam a mais remota razoabilidade desta agenda para os valores.

Primeiro, alterou a última revisão à lei da Interrupção Voluntária da Gravidez/IVG eliminando a obrigação da mulher que deseja abortar receber informação prévia sobre todas as alternativas, nomeadamente sociais, de que pode dispor. É difícil justificar que uma decisão menos informada seja mais livre e responsável do que uma mais informada, excepto, é claro, se o que estiver em causa não seja mesmo o de criar condições para uma decisão mais consciente mas apenas a facilitação do aborto em qualquer situação. Não é assim, porém, que se promove a liberdade da mulher nem tão pouco o seu bem-estar duradouro.

Depois veio o manifesto pelo direito a uma morte digna com o intuito declarado de promover o debate na sociedade portuguesa. Ao mesmo tempo, porém, recusa-se a hipótese de um referendo que criaria um amplo espaço de discussão, avançando-se “à boca pequena” que a actual composição da Assembleia da República é suficiente para decidir a sua aprovação. Não interessa, pois, o que os cidadãos pensam ou querem mas apenas a agenda revolucionária dos valores.

No caso da IVG suprime-se a informação, no caso da morte assistida suprime-se o debate… – estamos conversados!

Agora é a designada “gestação de substituição”. E eis que se soma ao ímpeto revolucionário em curso já não apenas o conformismo dos que não têm convicções, e se demitem de erguer uma voz contrária, mas também a infantil ânsia de “modernidade” e de protagonismo mediático que leva outros a juntarem-se ao que interpretam “estar na moda”… Na questão dos valores, cada partido procura ir mais longe do que o outro nas suas propostas, e cada deputado quer-se distanciar o mais possível do rótulo de “conservador”. É esta a lógica da política dos valores.

Assim, ignorando que o Parlamento Europeu propôs, ainda em Dezembro de 2015, a proibição da gestação de substituição, que o Conselho da Europa se manifestou igualmente contrário em Março de 2016, que a sua permissão é rara no mundo e está sob pressão devido aos ponderosos argumentos contrários, a nossa Assembleia da República vota favoravelmente a gestação de substituição, sem informação ou debate público e só porque podem.

A gestação de substituição é hoje internacionalmente reconhecida como uma nova modalidade de exploração dos mais pobres e particularmente das mulheres, de comercialização do corpo humano e de conversão do ser humano a um produto de consumo.

E assim vai a nossa agenda política para os valores…